

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000608-10.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **FILOMENA LEONILDA DOS SANTOS OLIVEIRA**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

FILOMENA LEONILDA DOS SANTOS OLIVEIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL), também qualificada, alegando tenha tomado conhecimento do apontamento de seu nome junto ao SERASA por determinação da ré, decorrente de uma conta vencida em 15/08/2011, débito que havia sido objeto de acordo extrajudicial com a ré, em relação à qual se encontrava devidamente em dia com os pagamentos, e porque dita inscrição a teria privado de realizar compras a prazo o comércio local, entende haja responsabilidade moral e material da ré face aos dissabores sofridos, requerendo a condenação da ré ao pagamento indenização de valor equivalente a 20 salários mínimos vigentes na data da fixação, nos termos da Súmula 362/STJ, e que seja oficiado ao SERASA para a baixa de seus cadastros.

A ré contestou o pedido sustentando que existem débitos pendentes no sistema em nome da autora, de modo a tornar legítima a inserção dos dados nos órgão de proteção de crédito, de modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reafirmando os termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme já consignado na decisão liminar, o apontamento realizado pela ré em nome da autora refere-se tão somente a uma conta de energia elétrica no valor de R\$ 48,86, vencida em 15/08/2011, conforme extrato do Serasa juntado pela autora às fls. 22.

Esse, portanto, o objeto da disputa que poderá ser tratado nesta ação, atento a que essa é a prova produzida pela autora, reforçada por outros documentos igualmente acostados à inicial (*vide fls. 15 e fls. 16*).

Os demais documentos acostados à inicial dão conta de inserções no Serasa que já teriam sido baixadas, conforme neles expressamente indicado (*vide fls. 19 e fls. 20*).

É certo haja nos autos uma prova de pagamento de uma fatura no mesmo valor de R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

48,86, a qual, porém, teria vencido em 15 de julho de 2011, com quitação em 11 de agosto de 2011, conforme recibo autenticado que foi juntado por cópia às fls. 23.

A fatura apontada no Serasa, no valor de R\$ 48,86, vencida em 15/08/2011, foi paga com mora de dezoito (18) dias, em 02 de setembro de 2011, pelo valor de R\$ 50,20, conforme recibo autenticado juntado por cópia às fls. 24.

Do mesmo modo a fatura vencida em 15 de setembro de 2011, no mesmo valor, que só foi quitada em 11 de outubro de 2011, pelo valor de R\$ 50,09 (fls. 25).

As contas que a ré afirma em mora, referem-se aos vencimentos ocorridos em 05 de janeiro de 2015, 05 de fevereiro de 2015 e 05 de março de 2015, somando R\$ 391,70 (*vide fls. 70*), mas, como já apontado inicialmente, não é esse o objeto da presente ação e tampouco é esse o débito apontado no Serasa ao tempo da propositura da ação, conforme extratos de fls. 22 e fls. 15/16.

Em resumo, o que a prova dos autos autoriza a concluir é que o débito apontado pela ré no Serasa, no valor de R\$ 48,86 e vencido em 15/08/2011, foi pago com mora, mas se acha quitado.

Cabe considerar, não obstante, que a mora da autora se fez de forma reiterada, vale dizer, em todos os vencimentos que a prova dos autos permite considerar, de modo que, sem embargo de que possa se afirmar que a inscrição não corresponde à verdade e, portanto, dever ser corrigida, caso não é de verificação do dano moral, dado que a própria autora, com sua reiterada mora, não permitiu à ré conduta outra senão a de manutenção da inscrição, a propósito do que já se tem entendido na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“Indenização - Dano moral - Inscrição em órgão de proteção ao crédito - Legitimidade - Acordo para parcelamento do débito - Descumprimento - Manutenção do nome no registro - Mora reiterada - Ilícito não configurado - Providência de exclusão a cargo do devedor, que motivara a anotação lei nº 8.078/90, art. 43, §§ 1º, 3º e 5º lei nº 9.507/97, art 3º - Indenização não devida - Exclusão do nome do registro, ante a comprovação do pagamento do débito - Apelação improvida”* (cf. Ap. nº 4000943-75.2012.8.26.0309 - 22ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/09/2013 ¹).

Vale ainda apontar, aplicada por extensão, é esse o entendimento da Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça, que consigna expressamente que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

A ação deve ser acolhida, portanto, somente em parte, para o cancelamento da inscrição, no que fica mantida a antecipação da tutela, sendo improcedente o pedido de indenização, que por consistir no pedido principal e de maior relevância, impõe seja invertida a sucumbência para impor à autora o encargo do pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a condenação na sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que COMINO à ré COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL) a obrigação de cancelar a inscrição do nome da autora FILOMENA LEONILDA DOS SANTOS

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

OLIVEIRA no cadastro do Serasa, em relação ao débito no valor de R\$ 48,86 e vencido em 15/08/2011, de modo a tornar definitiva a medida de antecipação da tutela, com o que resta prejudicada a execução da presente sentença, e CONDENO a autora despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a condenação na sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 08 de abril de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**